|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)** | | | | |
| **I - INFORMAÇÕES GERAIS** | | | | |
|  | | | | |
| 1. **Número do Processo**   **Administrativo:** | | | **\_\_\_\_\_/2025** | |
|  | | | | |
| **2. Setor Requisitante:** | |  | | 1 - SECRETARIA DE GOVERNO |
|  | |  | | 2 - ASSESSORIA JURIDICA |
|  | | 6 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO |
|  | | 7 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO |
| **X** | | 8 - SECRETARIA DE FAZENDA |
|  | | 9 - SECRETARIA DE SAÚDE |
|  | | 10 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO |
|  | | 11 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E REC. HÍDRICOS |
|  | | 12 - SECRETARIA DE OBRAS, SERV. E DES. URBANO |
|  | | 13 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL |
|  | | 14 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO |
|  | | 15 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PECUÁRIA |
|  | | 16 - SECRETARIA DE POLÍTICA HABITACIONAL |
|  | | | | |
| **3. Equipe de Planejamento da Contratação:** | | | Patrícia Pedroso de Oliveira – Secretária de Planejamento  Ocimara Da Silva Marquito - Secretária de Fazenda | |
|  | | | | |
| **4. Objeto:** | CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONFECÇÃO DE CARNÊS PARA OS TRIBUTOS DE IPTU, ISS, TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E ALVARÁ, INCLUINDO A MONTAGEM DOS MESMOS COM CÓDIGO DE BARRAS E QR CODE EM CONFORMIDADE COM O PADRÃO FEBRABAN. | | | |
|  |  | | | |
| **5. Local** | Diversos  FISCAL DO CONTRATO CONFORME PORTARIA Nº2.138/2025 | | | |
|  | | |  | |
| **II - Diagnóstico da Situação Atual:** | | | | |
|  | | | | |
| 1. **Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (artigo 15, caput, §1º do Decreto nº 3.537/2023):** | | | | |

A Constituição Federal, em seus artigos 145 a 162, confere aos municípios a competência para gerir sua administração tributária, abrangendo a arrecadação de tributos cruciais como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). A eficiência nesse processo arrecadatório é fundamental para a sustentabilidade financeira da administração pública municipal, assegurando a oferta de serviços públicos de qualidade à população.

O principal motor para o crescimento da arrecadação previsto para 2025 reside na atualização da Planta Genérica de Valores (PGV). Esta representa a base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e de outros tributos incidentes sobre a propriedade imobiliária. A projeção de reajuste do IPTU para o próximo ano exercerá um impacto direto e significativo sobre a receita municipal, resultando em um aumento substancial nos recursos provenientes deste imposto.

Adicionalmente, a expedição de carnês físicos de pagamento configura uma estratégia relevante para estimular a adimplência tributária, proporcionando ao contribuinte um controle mais direto e tangível sobre seus pagamentos efetuados.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração (artigo 15, §1º, II, do Decreto nº 3.537/2023):** | | | | | | | |
|  | | | | | | | |
| X | **Sim** – Especificar Ano: 2025 | | |  | **Não** – Justificar em item 2.1. | | |
| O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2025, conforme edição nº Edição nº 1038, Ano 2025, Página 34 de 96 em www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico Quarta-feira, 16 de abril de 2025, de acordo com o detalhamento a seguir: | | | | | | | |
| SECRETARIA | | DEMANDA | | | | PÁGINA DA EDIÇÃO | |
| Fazenda | | SF0093 | | | | Página 34 de 96 | |
|  | | | | | | | |
| 2.1. **JUSTIFICATIVA SE NEGATIVO**: Não se aplica  2.2. A contratação está prevista nas seguintes leis orçamentárias:  2.2.1. PPA - Lei n.º 4.057/2021 de 10 de novembro de 2021;  2.2.2. LDO - Lei n.º 4.462/2024, de 14 de agosto de 2024;  2.2.3. LOA – Lei nº 4.477/2024, de 03 de dezembro de 2024; | | | | | | | |
|  | | | | | | | |
| **2.2. CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:** | | | | | | | |
| **DOTAÇÃO** | | | **DESCRIÇÃO** | | | | **RECURSO** |
| 425 - 12.002.04.123.0416.2160.3.3.90.39.00 | | | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA | | | | 00000/00000.01.07. 00.00.1.500.0000 |

|  |
| --- |
| **2.3. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO:** Em conformidade com as normas constantes dos Arts. 16 e 17 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, a presente contratação enquadra-se em: |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Criação ação de governo |  | Sim | **x** | Não |
|  |  |  |  |  |
| Expansão ação de governo |  | Sim | **x** | Não |
|  |  |  |  |  |
| Aperfeiçoamento ação de governo |  | Sim | **x** | Não |

|  |
| --- |
| **3. Descrição dos requisitos da potencial contratação (artigo 15, §1º, III, do Decreto nº 3.537/2023):** |

**3.1. DO OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica na confecção de carnês para os tributos de IPTU, ISS, Taxa de Vigilância Sanitária e Alvará, incluindo a montagem dos mesmos com código de barras e QR Code em conformidade com o padrão FEBRABAN.

**3.2. DAS CONTRATAÇÕES ANTERIORES**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **3.2.1** O presente objeto não foi adquirido nos últimos exercícios, não constando em nossos arquivos licitação anterior. |  | Sim | x | Não |
|  |  |
| **3.2.2.** O objeto foi adquirido anteriormente através do Processo Administrativo, sem nenhuma observação pontual sobre a execução do contrato, servindo o quantitativo e o valor da contratação de subsídio para o presente estudo. | x | Sim |  | Não |
|  |  |
|  |  |
| **3.2.3.** O objeto foi adquirido anteriormente através do Processo Administrativo na forma da justificativa abaixo, constando observações pontuais e recomendações como forma de subsídio para o presente estudo**.** |  | Sim | x | Não |
|  |  |

**Justificativa do item 3.2.3:** Nada Consta

**3.3. NATUREZA DO SERVIÇO: Serviço de Terceiros:** A natureza do objeto deste ETP dadas suas características, se enquadra como serviços comuns nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

**3.4. PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO:** Todos os serviços devem estar em conformidade com o descritivo do DFD, bem como deste ETP e respeitando os padrões e normas da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

**3.5. AMOSTRA**: Não se aplica, considerando que não está presente uma das condições do art. 41, inciso I, da Lei 14.133/2021.

**3.6. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:** Em consonância com as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e do Decreto Municipal nº 3.537/2023, de 9 de maio de 2023, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

3.6.1. Empregar se possível tinta de impressão ecologicamente corretas, priorizando as formulações à base de água ou com baixo teor de Compostos Orgânicos Voláteis (VOC).

3.6.2. Utilizar embalagens para o transporte dos carnês que sejam recicláveis, biodegradáveis ou reutilizáveis, visando a mínima geração de resíduos.

3.6.3. Implementar práticas que promovam a redução do consumo de água e energia em todas as etapas de produção dos carnês.

3.6.4. Assegurar a destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos originados no processo de confecção dos carnês, em conformidade com a legislação ambiental pertinente.

**3.7. GARANTIA DA EXECUÇÃO**: Não será exigida garantia contratual para a execução dos serviços. No entanto, a ausência de garantia não exime a fornecedor de sua responsabilidade pela perfeita execução do contrato. O inadimplemento de qualquer obrigação contratual poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, incluindo a retenção de pagamentos.

**3.8.** **MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA:**

**3.8.1.** A CONTRATADA compromete-se a atender aos chamados da CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a partir do registro oficial do chamado. O atendimento deverá abranger todos os esclarecimentos requisitados e a resolução célere de eventuais reclamações.

**3.8.2.** Para o registro de chamados de assistência e/ou suporte técnico, a CONTRATADA deverá disponibilizar, no mínimo, uma linha de atendimento telefônico. O suporte técnico deverá ser prestado em língua portuguesa, por equipe técnica especializada e certificada pela CONTRATADA, se for o caso.

**3.9.** **NECESSIDADE OU NÃO DE VISTORIA DOS LICITANTES AO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO**: Não se aplica.

**3.10. DA PARTICIPAÇÃO DE MEI'S, ME'S OU EPP'S:**

|  |  |
| --- | --- |
| x | Contratação com itens exclusivos para os beneficiados (art. 48, I da LC 123/06); |
|  |  |
|  | Reserva em objeto divisível de cota de até 25% para os beneficiários (art. 48, III da LC 123/06); |
|  |
|  | Prioridade de contratação para as privilegiadas sediadas locais ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido (art. 48, § 3º, LC 123/06); |
|  |
|  |  |
|  | Possibilidade de subcontratação das privilegiadas nas licitações destinadas à aquisição de obras e serviços (art. 48, I da LC 123/06). |
|  |

3.10.1. **JUSTIFICATIVA**: A licitação será preferencialmente exclusiva para ME, EPP e MEI, pois NÃO há itens com valores superiores a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e conforme documentos em anexo, possuímos 03 (três orçamentos de empresas classificadas com os portes ME e EPP.

**3.11. DA PARTICIPAÇÃO COOPERATIVAS:** Se aplicará a presente contratação a possibilidade de participação de cooperativas desde que estas declarem que cumprem os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

**3.12. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:** Não será permitida a participação de empresas de forma consorciada, considerando a natureza comum do objeto, visto que no mercado encontram-se várias empresas aptas a fornecer o objeto de forma isolada. Essa medida visa evitar a formação de oligopólios ou monopólios, fomentar a competição saudável, promover a transparência e responsabilização, além de reduzir potenciais conflitos de interesse. Dessa forma, busca-se garantir uma licitação competitiva, eficiente e em conformidade com os princípios fundamentais da Administração Pública.

**3.13. DA SUBCONTRATAÇÃO: Não s**erá admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratado.

**3.14. DA DURAÇÃO DO CONTRATO:**

3.14.1. Previsão de data em que deve ser assinado o instrumento contratual: previsão para abril de 2025.

3.14.2. Estimada de disponibilização do bem/serviço: O prazo para entrega dos produtos da presente contratação será de 10 (dez) dias corridos, a partir da data da Autorização de Entrega ou documento equivalente, de acordo com a necessidade da Secretaria Solicitante.

3.14.3. Data início da execução: a partir da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município.

3.14.4. Prazo de execução da contratação: é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, a contar da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Município, disponível em [https://www.bandeirantes.pr.gov.br/diario-oficial-eletronico]. O contrato poderá ser prorrogado, nos termos dos artigos 405 e 406 do Decreto nº 3.537/2023, desde que sua prorrogação seja considerada vantajosa para a administração municipal.

3.14.5. Prazo de vigência: é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

3.14.6. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA ficará obrigada a manter seu cadastro, endereço eletrônico, telefone e responsável pelas operações, atualizados, situação que deve ser inserida em termo de referência como obrigação da CONTRATADA.

3.14.7. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.14.8. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.14.9. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação

**3.15. DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DA PROTEÇÃO A DADOS PESSOAIS**

3.15.1. A CONTRATADA, em decorrência da execução do contrato, poderá ter acesso a dados, materiais, documentos e informações sigilosas. Nesses casos, a CONTRATADA compromete-se a manter absoluto sigilo sobre tais informações e a instruir seus colaboradores a fazerem o mesmo, em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas internas da CONTRATANTE aplicáveis à proteção de dados.

3.15.2. Sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais com acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade fornecidos pela CONTRATANTE.

3.15.3. As PARTES devem cumprir rigorosamente a LGPD, responsabilizando-se por qualquer violação à legislação de proteção de dados e privacidade nos tratamentos que realizarem, seja diretamente ou por meio de terceiros.

3.15.4. Para os fins da LGPD, a CONTRATANTE atuará como Controladora dos dados pessoais, e a CONTRATADA atuará como Operadora, no tratamento de dados pessoais para a execução deste Contrato.

3.15.5. A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente as instruções e os limites estabelecidos pela CONTRATANTE para o tratamento de dados pessoais e informações sigilosas, bem como os requisitos e vedações estabelecidos pela LGPD e pela Lei de Acesso à Informação.

3.15.6. O tratamento de dados pessoais e informações sigilosas realizado pela CONTRATADA em nome da CONTRATANTE deverá observar finalidades legítimas, explícitas e específicas, estritamente relacionadas à execução do objeto contratado.

3.15.7. A CONTRATADA somente poderá compartilhar, conceder acesso ou realizar qualquer outro tratamento de dados pessoais e informações sigilosas para as finalidades estritamente necessárias à execução deste Contrato. Em caso de cumprimento de ordem judicial ou administrativa, a CONTRATANTE deverá ser informada sobre o compartilhamento dos dados pessoais em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da ordem pela CONTRATADA.

3.15.8. A CONTRATADA é integralmente responsável por qualquer uso indevido de dados pessoais e informações sigilosas por seus empregados, prepostos ou prestadores de serviço.

**3.17. MATRIZ DE RISCO**: Inclusa a presente.

|  |
| --- |
| **III - Prospecção de Soluções (artigo 15, §1º, V e VI):** |
|  |
| 1. **Levantamento de Mercado (artigo 15, §1º V, do Decreto nº 3.537/2023):** |

As Leis Municipais nº 2.286/2001, 2.287/2001 (ambas de 17 de dezembro de 2001) e 2.390/2002 (de 26 de dezembro de 2002), juntamente com suas respectivas alterações, estabelecem os impostos e taxas municipais em Bandeirantes/PR. Entre os principais tributos, destacam-se:

* Impostos: IPTU, ITBI e ISSQN;
* Contribuições e taxas: Contribuição para Custeio da Iluminação Pública (COSIP);
* Taxas pelo exercício do poder de polícia: taxa de localização, taxa de verificação de funcionamento regular, taxa de licença para execução de obra, taxa de vistoria de edificações, taxa de comércio em via pública, taxa de fiscalização de uso de bem público, taxa de licença para loteamentos e arruamento, taxa de vigilância sanitária, taxa de combate a incêndio;
* Taxas pela prestação de serviços públicos: taxa de coleta de lixo, taxa de expediente e taxa de serviços diversos.

Conforme levantamento do setor de tributação do município, atualmente possuímos a expectativa de emissão do seguinte quantitativo de emissão de guias para arrecadação dos tributos municipais:

|  |
| --- |
| **IPTU** |
| - PARCELA ÚNICA |
| - 8 PARCELAS |
| TOTAL CADASTROS: 15.000 |
| 15.000 X 9 GUIAS CADA: **135.000** |

|  |
| --- |
| **IMPOSTO SOBRE SERVIÇO (ISS) – FIXO** |
| - PARCELA ÚNICA |
| - 8 PARCELAS |
| TOTAL CADASTROS: 50 |
| 50 X 9 GUIAS CADA: **450** |

|  |
| --- |
| **IMPOSTO SOBRE SERVIÇO (ISS) –**  **LIVRO ELETRÔNICO** |
| 12 PARCELAS ANUAIS |
| TOTAL CADASTROS: 250 |
| 250 X 12 GUIAS CADA: **3.000** |

|  |
| --- |
| **ITBI** |
| - PARCELA ÚNICA |
| SEM PARCELAMENTO |
| TOTAL CADASTROS: **570** |

|  |
| --- |
| **TAXA VIGILÂNCIA SANITÁRIA** |
| - PARCELA ÚNICA |
| - 2 PARCELAS |
| TOTAL CADASTROS: 2.000 |
| 2.000 X 3 GUIAS CADA: **6.000** |

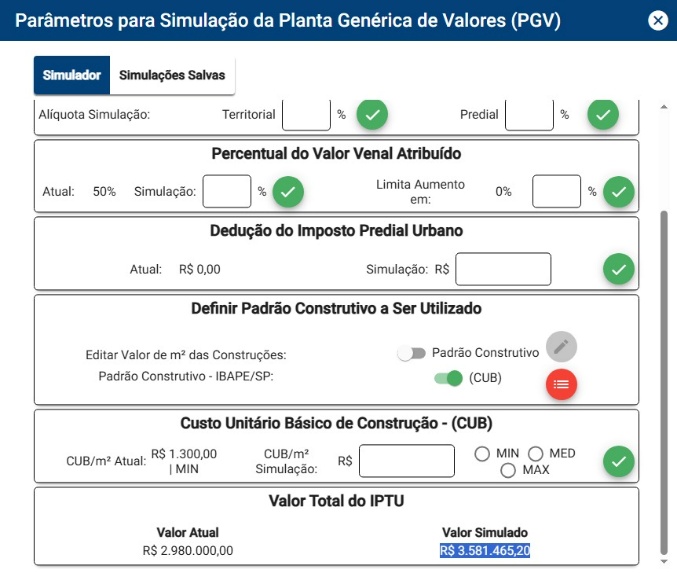
|  |
| --- |
| **TAXA DE LOCALIZAÇÃO E VERIFICAÇÃO** |
| - PARCELA ÚNICA |
| - 8 PARCELAS |
| TOTAL CADASTROS: 4.000 |
| 4.000 X 9 GUIAS CADA: **36.000** |

|  |
| --- |
| **REFIS 2025** |
| - PARCELA ÚNICA |
| - 8 PARCELAS |
| TOTAL CADASTROS ATÉ 06/2025: 1.500 |
| 1.500 X 9 GUIAS CADA: **13.500** |

|  |
| --- |
| **SERVIÇOS PÚBLICOS – DIVERSOS** |
| AFORAMENTO: 204 |
| ALUGUEL RODOVIÁRIO: 60 |
| IRPJ: 12 |
| IRPJ S/ FOLHA: 19 |
| ISS MÃO DE OBRA: 171 |
| TAXA DE LICENÇA DE OBRA: 168 |
| MULTA MEIO AMBIENTE: 3 |
| RECEITAS DIVERSAS: 26 |
| TAXA DE EXPEDIENTE – OBRAS: 168 |
| TAXA VIGILÂNCIA PROJETOS: 13 |
| TAXA DE EMBARQUE: 4 |
| TAXA CEMITÉRIO: 57 |
| TAXA DE EXPEDIENTE: 585 |
| TOTAL CADASTROS: **1.490** |

|  |
| --- |
| **TOTAL DE ITENS: 196.010** |

O principal fator que impulsionará o crescimento da arrecadação em 2025 é a atualização da Planta Genérica de Valores (PGV), base para o cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e outros tributos imobiliários. A previsão de reajuste do IPTU para 2025 terá um impacto direto e significativo na arrecadação municipal, gerando um aumento considerável nas receitas provenientes deste imposto, como abaixo se demonstra:



A análise dos dados do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) de 2025 para Bandeirantes, Paraná, projeta um aumento significativo na arrecadação municipal, impulsionado pelo reajuste. Paralelamente, estima-se maior adesão ao parcelamento como estratégia dos contribuintes para gerenciar o impacto financeiro ao longo do ano.

Diante desse cenário, e com o objetivo primordial de fomentar o controle efetivo dos tributos municipais por todos os cidadãos, inclusive aqueles com menor acesso a recursos digitais, a emissão dos carnês físicos de IPTU para 2025 configura-se crucial. Essa abordagem garante acesso facilitado e seguro para a quitação dos débitos, promovendo inclusão e comodidade a todos os contribuintes de Bandeirantes, Paraná.

Ao avaliar as soluções para a produção desses documentos essenciais, identificaram-se duas alternativas principais: a confecção interna pelo município e a contratação de empresa especializada para os serviços de confecção e emissão.

Após análise minuciosa das alternativas, considerando aquisições similares por outros órgãos para identificar as melhores metodologias, tecnologias ou inovações, concluiu-se que a contratação de uma empresa especializada para a confecção, impressão e montagem dos carnês de IPTU e das guias de cobrança dos demais encargos e taxas (como o ISSQN Autônomo) representa a solução mais adequada para suprir as demandas identificadas.

A decisão de contratar uma empresa para impressão e montagem dos carnês e guias fundamenta-se, primeiramente, na ausência de infraestrutura e recursos humanos adequados no município. Atualmente, Bandeirantes não dispõe do maquinário específico nem do pessoal qualificado para realizar de forma eficiente e em larga escala os serviços de produção gráfica necessários.

Adicionalmente, inexiste local apropriado para a instalação dos equipamentos requeridos para produção interna. Outro fator determinante é o volume anual de carnês e guias, que exige equipamento com capacidade produtiva não disponível no município. A aquisição e instalação de tal maquinário representariam investimento financeiro imediato e significativo, tornando a contratação externa a alternativa mais viável e eficiente para atender às demandas de 2025.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada garante a produção eficiente e em tempo hábil dos carnês de IPTU para 2025, assegurando que todos os contribuintes de Bandeirantes, Paraná, recebam as informações necessárias para o cumprimento de suas obrigações tributárias de forma acessível e segura. Esta medida otimiza os recursos municipais, evitando investimentos em infraestrutura e pessoal especializado que não seriam plenamente utilizados após a conclusão do serviço.

|  |
| --- |
| 1. **Estimativa do valor da contratação (art. 15, §1º VI do Decreto nº 3.537/2023):** |

2.1. Para atender eficazmente à demanda apresentada neste Estudo Técnico Preliminar, encontram-se detalhados a seguir os itens a serem adquiridos.

2.2 A quantificação baseia-se no consumo dos últimos exercícios, alinhada às necessidades identificadas para o cumprimento dos objetivos deste estudo, incluindo os respectivos valores unitários levantados com base nas pesquisas descritas em item 2.2.1.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição do Serviço** | **Unidade** | **QTD** | **Preço Unit.**  **Estimado** | **Preço Unit.**  **Total** |
| 01 | Confecção de carnês de IPTU, referente ao exercício de 2.025, montados com código de barras e QRcode padrão Febraban.  Especificações: Carnês montados, serrilhados, com código de barras padrão FEBRABAN, QR-CODE Pix. Capa e Contracapa em papel off-set de no mínimo 90g. Contendo informações na capa e no verso cronograma e formas de pagamento (impressão na cor preto).  Deverá conter aproximadamente 10 lâminas internas (01 apresentação do contribuinte; 01 guia cota única e 08 laminas de parcela) deverá ser confeccionado em papel branco com no mínimo 75g, com impressão laser em preto em apenas uma face das lâminas, no formato 99mm x 210mm (03 lâmina por folha A4). Acabamento dos carnês em grampo lomba. | UND | 14.000 | R$1,46 | R$20.440,00 |
| Confecção de carnês de ALVARÁ, referente ao exercício de 2.025, montados com código de barras e QRcode padrão Febraban.  Especificações: Carnês montados, serrilhados, com código de barras padrão FEBRABAN, QR-CODE Pix. Capa e Contracapa em papel off-set de no mínimo 90g. Contendo informações na capa e no verso cronograma e formas de pagamento (impressão na cor preto).  Deverá conter aproximadamente 10 lâminas internas (01 apresentação do contribuinte; 01 guia cota única e 08 laminas de parcela) deverá ser confeccionado em papel branco com no mínimo 75g, com impressão laser em preto em apenas uma face das lâminas, no formato 99mm x 210mm (03 lâmina por folha A4). Acabamento dos carnês em grampo lomba. | UND | 1.700 | R$1,46 | R$2.482,00 |
| Confecção de carnês de VIGILÂNCIA SANITÁRIA, referente ao exercício de 2.025, montados com código de barras e QRcode padrão Febraban.  Especificações: Carnês montados, serrilhados, com código de barras padrão FEBRABAN, QR-CODE Pix. Capa e Contracapa em papel off-set de no mínimo 90g. Contendo informações na capa e no verso cronograma e formas de pagamento (impressão na cor preto).  Deverá conter aproximadamente 4 lâminas internas (01 apresentação do contribuinte; 01 guia cota única e 02 laminas de parcela) deverá ser confeccionado em papel branco com no mínimo 75g, com impressão laser em preto em apenas uma face das lâminas, no formato 99mm x 210mm (03 lâmina por folha A4). Acabamento dos carnês em grampo lomba. | UND | 1200 | R$1,30 | R$1.560,00 |
| Confecção de carnês de ISS, referente ao exercício de 2.025, montados com código de barras e QRcode padrão Febraban.  Especificações: Carnês montados, serrilhados, com código de barras padrão FEBRABAN, QR-CODE Pix. Capa e Contracapa em papel off-set de no mínimo 90g. Contendo informações na capa e no verso cronograma e formas de pagamento (impressão na cor preto).  Deverá conter aproximadamente 10 lâminas internas (01 apresentação do contribuinte; 01 guia cota única e 08 laminas de parcela) deverá ser confeccionado em papel branco com no mínimo 75g, com impressão laser em preto em apenas uma face das lâminas, no formato 99mm x 210mm (03 lâmina por folha A4). Acabamento dos carnês em grampo lomba. | UND | 231 | R$1,46 | R$337,26 |
| **R$24.819,26** | | | | | |

|  |  |
| --- | --- |
| **2.2.1. Parâmetros pesquisados (documentos em anexo):** | |
| **x** | Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP; |
|  |  |
| **x** | Painel de Preços do Governo Federal; |
|  |  |
|  | Banco de Preços em Saúde; |
|  |  |
| **x** | Contratações similares feitas pela Administração Pública, inclusive mediante sistema de registro de preços; |
|  |
|  | Dados de pesquisa publicada em mídia especializada ou de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal; (Ex. Tabela Fipe, CMED, tabelas oficiais.) |
|  |
|  |  |
|  | Sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo; |
|  |  |
| **x** | Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail; |
|  |
|  |  |
|  | Pesquisa através de notas fiscais eletrônicas emitidas em características similares; |
|  |  |
|  | Outros: |

1. **Escolha da solução (consequência dos incisos V e VI do §1º do art. 15 do Decreto nº 3.537/2023):**

Com o objetivo de modernizar e otimizar a arrecadação de tributos municipais, a Secretaria de Fazenda de Bandeirantes-PR, após minuciosa análise de mercado, optou pela contratação de pessoa jurídica especializada na produção de carnês para IPTU, ISS, Taxa de Vigilância Sanitária e Alvará. Os carnês serão confeccionados e montados com código de barras e QR Code, seguindo rigorosamente o padrão FEBRABAN.

Considerando que o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, atualizado pelo Decreto nº 12.343/2024, estabelece a dispensa de licitação para contratações de outros serviços e compras com valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), o município poderá conduzir o processo de contratação por dispensa de licitação, adotando o critério de menor preço ofertado em sessão pública.

A implementação desta solução visa primordialmente aprimorar a experiência do contribuinte, oferecendo maior comodidade e eficiência na gestão dos tributos municipais.

**3.1. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL CONTRATAÇÃO:**

|  |  |
| --- | --- |
|  | A Solicitação de Demanda não indicou e esta equipe não localizou nos estudos, nenhum normativo específico referente ao objeto estudado. |
|  |
|  |  |
| **X** | Foram localizados normativos acerca do objeto estudado, e estes estão sendo considerados no presente estudo: |
|  |

**3.4.1.** Lei 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

**3.4.2.** Decreto Municipal nº 3.537/2023.

**3.4.3.** Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

**3.4.4.** Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

**3.4.5.** Lei n° 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos

**3.4.6.** Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

**3.4.7.** PPA - Lei n.º 4.057/2021 de 10 de novembro de 2021;

**3.4.8.** LDO - Lei n.º 4.462/2024, de 14 de agosto de 2024;

**3.4.9.** LOA – Lei nº 4.477/2024, de 03 de dezembro de 2024;

**3.4.10.** Lei Municipal nº 4.254/2022

**3.4.11.** Normativos Bacene Conselho Monetário

**3.4.12.** Decreto Municipal nº 3621/2023

**IV - Detalhamento da Solução Escolhida**

1. **Descrição da solução como um todo (art. 15, §1º, VII do Decreto nº3.537/2023):**

**MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**

1.1. A presente contratação, mediante dispensa de licitação, fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, atualizado pelo Decreto nº 12.343/2024, que estabelece a possibilidade de dispensa para contratações de outros serviços e compras com valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos). O processo de contratação será conduzido sob o critério de menor preço ofertado em sessão pública, em conformidade com o Termo de Referência, o Edital e seus Anexos.

**OBJETO DA CONTRATAÇÃO E PRAZOS**

1.2. O objeto desta contratação, referente à confecção de carnês para tributos municipais, será entregue em remessa única, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data da autorização formal de fornecimento e do recebimento da nota de empenho, podendo ser prorrogável por iguais e sucessivos períodos desde que justificado e aceito pelo setor solicitante.

**FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

1.3. O fornecedor será selecionado por meio da realização de processo adoção da dispensa de licitação com lastro no art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021. O critério de seleção será o menor preço unitário, através da dispensa de licitação.

**DOS PREÇOS E DO QUANTITATIVO**

1.4. Os preços são os descritos em item III - Prospecção de Soluções, subitem 2.1. da Estimativa do valor da contratação.

1.5. A quantidade e a descrição individual de cada item estão descritas em item III - Prospecção de Soluções, subitem 2.1 e 2.2. da Estimativa do valor da contratação.

**DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

1.6. O pagamento será efetuado conforme ordem cronológica do Decreto Municipal nº 3.537/2023, após a entrega da totalidade solicitada e conclusão dos serviços, por meio de ordem bancária a ser depositada na conta da empresa fornecedora em um prazo de até 30 (trinta) dias.

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

1.7. A Contratante fornecerá todas as informações e especificações imprescindíveis para a execução completa e precisa dos serviços. Adicionalmente, a Contratante se compromete a disponibilizar, mediante solicitação da Contratada, quaisquer outros dados e informações que se mostrem necessários ao desenvolvimento dos trabalhos

1.8. A Contratante fornecerá dois arquivos em formato PDF: um contendo os dados dos imóveis prediais e outro com os dados dos imóveis territoriais, seguindo o layout da fornecedora de Software do Município.

**OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1.9. A contratada se obriga a manter sigilo absoluto sobre as informações recebidas do Município de Bandeirantes, utilizando-as exclusivamente para o cumprimento do contrato.

1.10. A Contratada deverá realizar a leitura dos arquivos PDF fornecidos pela Contratante e efetuar a montagem das demais informações dos carnês, no prazo de 02 (dois) dias úteis para homologação do Município, garantindo a completa regularidade das informações.

1.11. A Contratada será integralmente responsável pela aquisição, implementação e por todos os custos adicionais relacionados aos layouts e à leitura dos arquivos PDF, sem ônus para a Contratante.

1.12. Caso o Município necessite realizar correções adicionais nos arquivos, a Contratada deverá efetuar as alterações e devolver os arquivos devidamente regularizados no prazo de 02 (dois) dias úteis.

1.13. A partir da autorização formal para a confecção dos carnês, a Contratada deverá entregar a totalidade do material no prazo de 10 (dez) dias corridos, conforme estabelecido no item 1.2.

1.14. Os carnês deverão ser entregues, impreterivelmente, na seguinte ordem: Rua em ordem alfabética (aplicando-se esta ordem separadamente para os carnês prediais e territoriais) e com lacre/bolinha na borda direita, para posterior distribuição pelo Município Contratante.

1.15. O material a ser entregue deverá ser acondicionado de maneira adequada em caixas lacradas, de forma a garantir a sua completa preservação e segurança durante o transporte.

**ATENDIMENTO A CONTRATANTE:**

1.16. A CONTRATADA deverá atender aos chamados da CONTRATANTE no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da solicitação, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem requisitados e atendendo prontamente a quaisquer reclamações.

1.17. A CONTRATADA deverá designar, por escrito, no ato do recebimento da Autorização de Serviços, prepostos que tenham poderes para resolver possíveis ocorrências durante a execução do contrato.

**PROPOSTAS DE ALTERNATIVAS TÉCNICAS:**

1.18 A CONTRATADA deverá propor alternativas técnicas para a solução de problemas que surgirem durante a execução dos serviços, considerando aspectos técnicos e econômicos para minimizar incertezas.

**CONDUTAS PROIBIDAS À CONTRATADA:**

1.19. A contratada está expressamente proibida de:

I- Utilizar, revelar ou divulgar, total ou parcialmente, informações ou documentos relacionados aos serviços prestados ao Município, mesmo para uso interno.

II - Alterar quaisquer condições contratuais sem a deliberação e anuência prévia e expressa do Município.

III - Ceder ou comercializar os dados pessoais dos contribuintes.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

1.20. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010, é vedada a contratação de cônjuge, companheiro (a) ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, de servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no quadro de pessoal da CONTRATANTE para prestar serviços na CONTRATADA.

1.21. A CONTRATADA deverá adotar medidas de segurança técnica e administrativa para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados dos beneficiários, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

1.22 A CONTRATADA deverá instruir seus empregados quanto às atividades a serem desempenhadas, alertando-os para que não realizem funções não previstas no contrato e para que respeitem as Normas Internas da Administração.

1.23. A CONTRATADA deverá empregar profissionais qualificados e devidamente capacitados para a execução dos serviços.

1.24. A CONTRATADA deverá fornecer aos seus empregados os uniformes e Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários, garantindo o cumprimento das normas de segurança vigentes.

1.25. A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com a legislação pertinente e com as determinações dos órgãos públicos competentes.

1.25. Qualquer alteração no método de execução dos serviços que não esteja em conformidade com o Termo de Referência deverá ser previamente submetida, por escrito, à CONTRATANTE para análise e aprovação.

1.26. A CONTRATADA será responsável pela gestão integral dos recursos necessários à execução dos serviços, incluindo pessoal, equipamentos e materiais, assegurando a qualidade e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

1.27. A CONTRATADA será inteiramente responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários e sociais decorrentes da execução do contrato, incluindo, mas não se limitando a:

1. Pagamento pontual de salários, férias, 13º salário, FGTS e demais verbas trabalhistas;
2. Contribuições previdenciárias, fiscais e trabalhistas incidentes sobre a folha de pagamento;
3. Registro dos empregados conforme a CLT e demais legislações vigentes;
4. Cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, responsabilizando-se por quaisquer acidentes de trabalho ocorridos com seus empregados, inclusive em áreas sob a responsabilidade do Município de Bandeirantes.

1.28. A CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município de Bandeirantes em relação aos encargos mencionados no item anterior. A inadimplência da CONTRATADA quanto a esses encargos não transferirá a responsabilidade de pagamento ao Município de Bandeirantes nem poderá onerar o objeto da presente contratação. Em caso de inadimplência, o Município poderá aplicar as penalidades previstas no contrato, sem prejuízo do direito de buscar a execução dos valores devidos em juízo.

1.29. A CONTRATADA será exclusiva e integralmente responsável por todas as demandas trabalhistas, civis ou penais que possam surgir, sejam elas originárias ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência.

1.30. A CONTRATADA responderá integralmente por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou a bens públicos e privados em decorrência da execução dos serviços ou de qualquer fato a ela imputável. Esses danos incluem, mas não se limitam a: danos materiais, morais, lucros cessantes e prejuízos decorrentes de vícios ou defeitos nos serviços prestados, nos termos dos artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e da Lei nº 14.133/2020.

1.31. Caso a CONTRATANTE sofra qualquer dano em decorrência do descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, poderá, após prévia notificação e direito à defesa, deduzir o valor correspondente dos pagamentos devidos à CONTRATADA. A comprovação do dano e do nexo causal será de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE.

**OBSERVAÇÕES GERAIS A SEREM SEGUIDAS FACULTATIVO**

1.32. A habilitação jurídica, regularidade fiscal, multas, penalidades, impugnações e pedidos de esclarecimentos, assuntos típicos dos procedimentos licitatórios serão analisados oportunamente e constam do Termo de Referência/Edital.

**MODELO DE GESTÃO**

O modelo de gestão deverá ser fixado em Termo de Referência, restando nesta oportunidade indicado o fiscal e gestor do contrato como sendo os constantes da Portaria nº2.138/2025:

A fiscalização do contrato deverá ser realizada pela Sr(a):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **SECRETARIA MUNICIPAL** | **MATRÍCULA** | **NOME DO SERVIDOR** |
| FAZENDA | 1101 | JAQUELINE JISLAINE BARBOSA |

A gestão do contrato deverá ser realizada pela Sr(a):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **SECRETARIA MUNICIPAL** | **MATRÍCULA** | **NOME DO SERVIDOR** |
| FAZENDA | 5027 | OCIMARA DA SILVA MARQUITO |

1. **Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (artigo 15,§1º, VIII do Decreto nº 3.537/2023):**

|  |  |
| --- | --- |
|  | A contratação do objeto estudado se dará de forma dividida em vários itens/lotes ou global por lotes, por se mostrar tecnicamente e economicamente viável, além de permitir um número maior de interessados na participação da disputa, aumentando a competitividade e a viabilização de melhores propostas. |
| x |
|  |
|  |  |
|  | A contratação do objeto não será parcelada por item, considerando prejuízos para o município em relação ao conjunto e a perda de economia de escala, além do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis e facilitação do plano de fiscalização. |
|  |
|  |

1. **Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 15, §1º, XI do Decreto nº 3.537/2023):**

Não foram verificados contratos que tenham relação com o presente.

1. **Resultados pretendidos (art. 15, §1º, IX do Decreto nº 3.537/2023):**

Espera-se que a contratação garanta a continuidade da prestação de serviços, integrando as mais modernas soluções tecnológicas disponíveis no mercado. Essa abordagem resultará em uma gestão aprimorada de arrecadação de tributos.

1. **Providências a serem adotadas (art. 15, §1º, X do Decreto nº 3.537/2023):**
   1. Realização de certificação de disponibilidade orçamentário.
   2. Providenciar a publicação do ato da designação do fiscal e gestor do contrato.
   3. Elaboração do Termo de Referência, contendo todos os elementos necessários para a contratação de bens e serviços.
   4. Análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados.
   5. A administração deverá providenciar capacitação para os fiscais e gestor de contrato, para a plena execução da função.
   6. Publicação e divulgação do edital e anexos.
   7. Elaboração de contrato.
   8. Acompanhamento da execução do contrato, através de fiscal de contrato (técnico e administrativo);
   9. Receber o objeto da contratação.
   10. Deverá ser realizado o monitoramento contínuo da prestação de serviços pela empresa fornecedor, garantindo que os requisitos e padrões de qualidade sejam atendidos, além da avaliação periódica da satisfação dos servidores com o serviço contratado.
2. **Possíveis impactos ambientais (art. 15, §1º, XII do Decreto nº 3.537/2023):**

|  |  |
| --- | --- |
|  | A presente contratação não representa riscos de impactos ambientais |
|  |  |
| X | Para a presente contratação, verifica-se o impacto ambiental abaixo relatado, sendo sugeridas as ações destacadas a seguir com intuito de combater/minimizar os efeitos causadores: **Não se aplica.** |
|  |

**V – Posicionamento Conclusivo:**

Este Estudo Técnico Preliminar, elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 3.537/2023, de 9 de maio de 2023, analisa as necessidades da área requisitante e os aspectos normativos pertinentes. A dispensa de licitação está amparada no inciso II do Artigo 75 da Lei 14.133/2021 e suas alterações.

O serviço será viabilizado mediante a contratação de pessoa jurídica especializada na produção de carnês para IPTU, ISS, Taxa de Vigilância Sanitária e Alvará. Os carnês serão confeccionados e montados com código de barras e QR Code, seguindo rigorosamente o padrão FEBRABAN.

Considerando os benefícios potenciais em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, recomenda-se o prosseguimento do processo, sem impedimentos à continuidade da aquisição/contratação no formato indicado.

Bandeirantes (PR), 24 de abril de 2025.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**OCIMARA DA SILVA MARQUITO**

**Secretária de Fazenda**

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**PATRÍCIA DE OLIVEIRA PEDROSO**

**Secretário de Governo**